

## **Extensão e Comunicação: o diálogo necessário com a escola pública na semana pedagógica**

### **Extension and Communication: dialogue in the pedagogical week**

**Celi Nelza Zulke Taffarel<sup>1</sup>**

**Ivânia Paula Freitas de Souza Sena<sup>2</sup>**

**Arlete Ramos dos Santos<sup>3</sup>**

**Edenice Sant'Ana de Jesus<sup>4</sup>**

#### **RESUMO**

O conteúdo da presente comunicação é uma extensão das universidades no diálogo com os professores e as professoras das Escolas Públicas. Apresentamos um texto síntese sistematizado após a apresentação de dados da pesquisa Matricial da REDE REDAP - Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública, ocorrido em Salvador/Bahia, nos dias 07 e 08 de dezembro de 2023, que tratou do tema “*A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no controle da Educação Pública: Mecanismos neoliberais para conter as perspectivas educacionais emancipatórias*”. Após análise e discussão dos dados da pesquisa matricial da REDAP, deliberou-se pelo envio de um texto síntese para as Semanas Pedagógicas de abertura de semestres letivos nas escolas públicas, tratando dos nexos e relações entre o mais geral, o particular e o singular do trabalho pedagógico no planejamento escolar que incide nos trabalhadores e trabalhadoras da Educação, nos estudantes, nas relações com a comunidade, no currículo escolar e na gestão da administração escolar. O texto apresenta elementos sobre a situação mais geral do *modus operandis* do capitalismo, “crise-ajuste-crise” para manter suas taxas de lucro e os rumos da Educação.

Palavras-Chave: Extensão. Comunicação. Trabalho pedagógico. Planejamento de ensino.

The content of this communication is an extension of universities in the dialogue with teachers of public schools. We present a systematized synthesis text after the presentation of data from the Matrix research of the REDAP Network - Diversity and Autonomy Network in Public Education, which took place in Salvador/Bahia, on December 7 and 8, 2023, which dealt with the theme "The National Common Curriculum Base (BNCC) in the control of Public Education: Neoliberal mechanisms to contain emancipatory educational perspectives". After analysis and discussion of the data from the matrix research of REDAP, it was decided to send a synthesis text to the Pedagogical Weeks of the opening of school semesters in public schools, dealing with the nexuses and relations between the most general, the particular and the singular of the pedagogical work in school planning which focuses on education workers, students, community relations, school curriculum and school administration management. The text presents elements about the more general situation of the *modus operandis* of capitalism, "crisis-adjustment-crisis" to maintain its profit rates and the direction of Education.

Key-words: Extension. Communication. Pedagogical work. Teaching Planning

---

<sup>1</sup> Professora Visitante da UESC. Participante do PPGEDU/DCIE/UESC. PGEDU/FACED/UFBA, PPGEFOP/UFAL/Arapiraca. Residência Av. Cardeal da Silva N. 2070 Bairro Rio Vermelho. Salvador. Bahia. CEP 41.950-495. ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-3593-4279> . [celi.taffarel@gmail.com](mailto:celi.taffarel@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora da UNEB. Coordenadora da REDE REDAP <https://orcid.org/0000-0002-6834-8842> . [ivaniapaula.freitas@gmail.com](mailto:ivaniapaula.freitas@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora da UESB. Participante do PPGEDU/DCIE.: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805> [arlete.ramos@uesb.edu.br](mailto:arlete.ramos@uesb.edu.br)

<sup>4</sup> Professora aposentada da Rede Básica Estadual de Ensino do Estado da Bahia. [edenicesantana13@gmail.com](mailto:edenicesantana13@gmail.com)

## **Introdução e Objetivos**

O ano letivo de 2024 nas escolas públicas está demarcado por acontecimentos dramáticos que incidem na organização do trabalho pedagógico, considerando os destinatários, os conteúdos, métodos e no planejamento das atividades curriculares. Vamos delimitar três âmbitos de acontecimentos – internacional, nacional, local - e vamos priorizar na análise, nexos e relações com: (1) a situação dos/as estudantes, dos/as professores/as e demais trabalhadores/as da educação, (2) a relação com a comunidade; (3) o currículo escolar; (4) a gestão e administração escolar, dimensões que não podem ser vistas desarticuladas, isoladas, fragmentadas. A singularidade do planejamento escolar enquanto trabalho pedagógico encontra na universalidade das relações sociais, nexos e relações que não podem ser subestimados.

A partir desta problemática mais geral, vamos apresentar elementos do diagnóstico sobre a situação dos/as professores/as e trabalhadores/as da Educação, dos/as estudantes, da relação escola e comunidade, do currículo escolar e da gestão escolar, bem como possibilidades para o enfrentamento das contradições identificadas nestes âmbitos, que incidem no planejamento escolar. Este diagnóstico foi elaborado a partir das variáveis delimitadas na pesquisa Matricial realizada pela Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública (REDAP).

O objetivo é a reflexão coletiva, na relação de extensão universidade E escola pública crítica, radical e de conjunto, realizadas no início do semestre letivo, na semana pedagógica, que permita ampliar as referências sobre o que fazer perante a problemática aqui delineada, quando se trata dos destinatários, conteúdos e métodos no planejamento escolar.

O motivo principal é romper a barreira que existe entre a pesquisa na universidade e o diálogo com os professores e as professoras que atuam nas escolas públicas. A compreensão da extensão como comunicação recíproca entre Universidade e Escola Pública nos motivos, na elaboração e na divulgação da presente síntese.

## **Desenvolvimento e Discussão**

Avaliando os acontecimentos com procedimentos próprios da análise de conjuntura (CRUZ, 2000, p. 145-152), levamos em consideração o tempo histórico presente, os fatos, os sujeitos políticos, a economia política e a correlação de forças antagônicas na luta de classes (VIRGEM E TEIXEIRA, 2023), para compreender a função social da Universidade em comunicação com a Escola Pública.

Destacamos três acontecimentos considerados a nível internacional, nacional e local que incidiram e incidem na escola, no planejamento escolar, nos professores e professoras, estudantes, na relação entre comunidade e escola, no currículo escolar e na gestão escolar, indicadores aqui considerados que nos permitem apreender os elementos centrais da dinâmica de uma escola, seus nexos e sua relação com o capitalismo e a economia mundial.

O **primeiro acontecimento dramático** que assola a humanidade são as guerras, os genocídios, os extermínios étnicos que destroem forças produtivas (MONTORO, 2023), devastam nações, destroem povos e serviços públicos, meios de produção e a natureza, atingindo a classe trabalhadora, assassinando crianças, jovens, mulheres, idosos.

As guerras, genocídios e extermínios imperialistas, colonialistas, capitalistas, estão proliferando e podemos constatar esta realidade, por exemplo, na Ucrânia, no Leste Europeu, na Palestina, na Faixa de Gaza, no Congo, na África, no Equador, na América Latina.

As terríveis guerras tradicionais, os genocídios, os extermínios étnicos raciais ameaçam toda a humanidade. Pairam sobre nós, segundo Chomsky e Prashad (2021), três grandes catástrofes: nuclear, social e ambiental. Está acontecendo entre nós à crise social, visível nas consequências quando faltam políticas públicas de combate à fome, o desemprego, a falta de direitos por saúde, educação, moradia, transporte, segurança, preservação do meio ambiente.

Está aí a catástrofe ambiental, climática, as avassaladoras intempéries causadas pela devastação da natureza. Temos exemplos disto na Bahia, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul. Estamos vivendo um tempo histórico de regressão social como consequência da economia política, ultra neoliberal

aplicada no mundo pelos capitalistas que detêm meios de produção, lucros e as riquezas concentradas, enquanto a maioria da população passa fome, está desempregada e não consegue pagar suas dívidas com o que é base para a existência humana, a comida na mesa. O Estado capitalista encontra no direito burguês, formas para ajustar as políticas aos interesses do lucro, da concentração da riqueza, da propriedade privada dos meios de produção (MASCARO, 2013). O **segundo acontecimento** aqui no Brasil, é que durante 08 anos, desde 2016, quando ocorreu o golpe parlamentar midiático, empresarial, militar contra a presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, sofremos um terrível retrocesso nas políticas públicas com reformas terríveis como a reforma trabalhista, a terceirização sem fim, a reforma previdenciária, a reforma educacional, através da reforma do Ensino Médio (BELTRÃO e TAFFAREL, 2017), a reforma na formação de professores (BNC-Formação) e a implementação da famigerada BNCC, entre outras contrarreformas.

Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) implementaram a política ultra neoliberal dos que perderam as eleições em 2014, a política da “constitucionalização da barbárie”. Segundo Freitas, (2019,) isto significa que:

Os Projetos de Emendas Constitucionais – PECs – foram sendo introduzidas de forma a “eternizar na Constituição as características distintivas do conservadorismo e do neoliberalismo. Especialmente no caso da economia, trata-se de blindar o livre mercado pela Constituição, de forma que as demandas provenientes das lutas populares dificilmente possam ser acatadas pelo Congresso ([Constitucionalização da barbárie, privatização e meritocracia - Vermelho](#))

Isto impactou muito a vida de todos nós e culminou, também, em decorrência da Pandemia da COVID 19, na morte de mais de 700 mil pessoas, dentre as quais os mais atingidos foram os povos indígenas, quilombolas o povo preto. A situação se agrava quando consideramos a situação de classe, gênero e raça (DAVIS, 2016).

Estas estatísticas foram apresentadas na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid 19 no Senado, e ficou comprovado o que aqui estamos afirmando. A CPI da COVID 19 no Senado Brasileiro comprovou que ocorreu crime contra a humanidade, crime comum e crime de responsabilidade por parte

dos que estavam no governo, no caso “às direitas com Bolsonaro, Mourão e seus generais” (SILVA, 2023), os fundamentalistas religiosos (Fonseca e Dias; 2021) que estão destruindo o Estado laico (Cunha, 2016), os negacionistas, os obscurantistas, os que cultivaram o ódio como política (Gallego, 2018).

Foram tempos difíceis, em que o retrocesso das políticas sociais aumentou a miséria, a fome, o desemprego e as mortes. Por outro lado, aumentou os lucros dos mais ricos, que ampliaram suas fortunas. Diante disso, é necessário dar o nome correto a quem foi responsável por isto, são “assassinos sociais” (ENGELS, 2008) e devem ser julgados. SEM ANISTIA.

Todo esse contexto impactou a Educação, as escolas e, em especial, a escola pública. O processo ensino-aprendizagem e as Metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) que não foram cumpridas, mereciam e merecem críticas severas. Não podemos culpabilizar os/as professores/as e os/as estudantes por esta “falácia” a respeito do processo ensino-aprendizagem, como designam Saviani e Galvão (2021).

Existem outras determinações que temos que analisar: (1) as decisões políticas em especial em relação ao financiamento, (2) o Sistema Nacional de Educação que não se concretizou e, (3) o Plano Nacional de Educação que não se materializou (DOURADO; 2017); (4) o orçamento e os fundos públicos indo parar nos bolsos dos empresários, privatistas da educação, entre os quais a Fundação Lemann, e os articuladores do “Todos pela Educação” (MARTINS, 2016); (5) as condições objetivas de trabalho, deterioradas, com falta do básico até as tecnologias necessárias para o ensino na atualidade. Basta perguntar pelas instalações físicas, laboratórios, refeitórios, alimentação e constatamos as precárias situações. As condições tecnológicas precaríssimas tanto no que diz respeito a internet, quanto aos equipamentos aos programas, etc; (6) a vida profissional dos trabalhadores da educação, sua formação inicial e continuada, as condições de trabalho, carreira, salários, gestão e organização profissional sindical.

Enfim, o que podemos constatar é que ocorreu na educação um aprofundamento do fosso entre escolas públicas e privadas e se acentuou a disputa do setor empresarial, privatista em relação ao setor público. As medidas como educação à distância, militarização das escolas, *homeschooling*, educação domiciliar, escola-sem-partido (FRIGOTTO, 2017; 2018), avaliações censitárias

de larga escala, parceria público-privado, implantação da BNCC, a Reforma do Ensino Médio, a BNC-Formação, entre muitas outras medidas, intensificam o processo de desmantelo da Educação Pública.

Este “inventário”, segundo Leher et. al. (2023), nos permite constatar a devastação promovida neste período. Temos agora mais uma disputa difícil que é o Plano Nacional de Educação (PNE) que entrou em discussão dias 28 e 29 de janeiro de 2024, na Conferência Nacional de Educação (CONEN), cujo relatório já foi entregue ao Ministro da Educação que deverá encaminhá-lo ao Parlamento Brasileiro para ser aprovado e valer de 2024 a 2034 (FNE, 2024). Aguiar e Dourado (2018) já nos alertavam a respeito da BNCC na contramão do PNE 2014-2024.

A situação agrava-se com o avanço das direitas com suas velhas ideias. “Às direitas”, segundo Freitas (2018), com suas pautas conservadoras, empresariais, privatistas, meritocráticas, com a pauta dos “costumes” e da ideologia da classe dominante, entram na disputa super bem-organizadas, com fartos recursos. Os financiadores que financiaram o ataque às instituições no dia 08 de janeiro de 2023, para destruir a frágil democracia que construímos até aqui, continuam à espreita, agindo contra a educação pública.

O que temos pela frente é a necessidade de organizarmos muito bem nosso Planejamento Escolar, na escola pública e nos reorganizarmos para além da escola para, unificados reivindicarmos com a classe trabalhadora, o que é concreto e melhora a vida da população: comida, educação, saúde, trabalho e renda digna, transporte, segurança, creches públicas de qualidade, Educação de Jovens e Adultos de qualidade, sem privatizações, sem desmonte dos serviços públicos. Financiamento público para a educação pública que é direito nosso e dever do Estado, na cidade e no campo. Nos cabe combater a barbárie e lutar por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar (Cassio *et al.* 2019), ou seja, a Educação precisa estar articulada com um projeto histórico para além do capital. Rumo à outra organização social humanizada que preserve a vida e as condições de nossa existência.

O **Terceiro acontecimento** diz respeito a nossa própria escola pública. Os fatos nos mostram que estamos tendo esvaziamento da escola, de estudantes, de conteúdos, de professores, de trabalhadores da educação e da participação da comunidade. Temos que nos perguntar o que está acontecendo

na nossa escola e esta análise criteriosa, rigorosa e de totalidade (Saviani, 2009a), precisa ser feita. Vamos nos ater na análise da situação dos/as estudantes, da participação da comunidade, dos/as professores/as, do currículo escolar, da gestão e administração escolar. Os dados concretos, da realidade concreta das escolas, expostos e analisados a seguir, nos permitirão levantar possibilidades de enfrentamento dos problemas:

No que diz respeito aos **estudantes** (MARTINS, 2013), temos indicadores de que estes estão abandonando a escola para trabalhar ou porque a instituição não responde mais aos seus anseios. Existem dados do Censo Escolar (INEP, 2022), que demonstram indicadores preocupantes.

Os que frequentam as escolas, muito pouco ou nada aprendem e chegam assim no ensino superior, com déficit de aprendizagens. Aqui temos que nos perguntar o que fazer para os/as estudantes ingressarem, permanecerem e concluírem com êxito seus estudos e mais, terem uma perspectiva de vida digna na sequência, para além da escola. Não bastam as medidas de incentivo do Governo Federal como o Pé de Meia. Nós temos que responder às perguntas sobre por que os/as jovens não querem ou estão abandonando a educação? São as Políticas Públicas Educacionais, de Estado e de Governo, capazes de elevar os patamares dos índices educacionais e nós, coletivamente, temos que encontrar respostas e propostas para que a juventude e a sociedade valorizem a escola, a educação pública. O processo de humanização passa pelo acesso ao patrimônio cultural da humanidade (MARTINS, 2013) e pela escola pública, realizando sua função social. Bem como passa em realizarmos junto a cada indivíduo, o que a humanidade realizou para garantir sua existência (SAVIANI, 2009b), desenvolvendo o máximo as potencialidades humanas.

A situação dos/as **professores/as e demais trabalhadores/as da educação** é gravíssima, tendo em vista que muitos são os contratos precarizados, aproximadamente 50% em algumas secretarias de educação, serviços terceirizados, salários aviltados, planos de cargos e salários não cumpridos, formação inicial e continuada precária e com constantes rebaixamentos teóricos, condições objetivas de trabalho cada vez mais precárias (FREITAS, 2018).

Esses profissionais da Educação estão sofrendo as consequências da terceirização, dos contratos precários e da violência que, inclusive, tem tirado a

vida de professoras/os. Somado a isto temos o rebaixamento teórico na formação e as delicadas relações humanas que mostram deterioração e precisam ser enfrentadas.

São relações humanas autoritárias, violentas, racistas, eivadas de preconceitos, de homofobias, machistas, patriarcais, racistas que temos que coletivamente enfrentar, explicar, com propostas superadoras. Não bastassem os ataques conservadores, obscurantistas, fundamentalistas, contra os/as professores/as impondo censura, para que certos fatos históricos e teorias não sejam tratados na escola, temos o problema interno de relações humanas precárias, tóxicas e muitas vezes violentas. Temos que enfrentar isto e propor ações, planos coletivos para superar esta degeneração, tendo em conta que as determinações destas situações são relacionadas à economia política capitalista.

A situação das **relações comunitárias** e seu diálogo com a sociedade para além da escola é fundamental. A escola está sofrendo violência por dentro e por fora. A comunidade deve ser nossa aliada para enfrentar problemas que se refletem dentro da escola. A relação Escola-Comunidade é outro fator que rebate no ensino-aprendizagem dos/as estudantes e nas relações humanas dos/as trabalhadores/as da educação que atuam na escola. Quando pensamos o planejamento escolar, temos que pensar nesta relação.

A escola é lugar de acolhimento e pode ser um polo de referência cultural para a comunidade para elevar o padrão cultural, mas isto exige um planejamento coletivo e participativo, bem como financiamento, infraestrutura, pessoal e planos. Se não os temos, temos que buscá-los.

A participação da comunidade tem sido limitada pelas próprias condições da classe trabalhadora na vida concreta. Isto diz respeito à situação da classe trabalhadora que está cada dia mais difícil, enquanto não se tomam as medidas radicais para reconstruir e transformar o Brasil, o Estado, o território, o município, a cidade, o bairro e a nossa própria residência. Dentro dos nossos limites, nos cabe perguntar o que fazer para contar com a participação democrática, participativa, inclusiva, da comunidade. A Educação contra a barbárie é uma consigna vital. A construção da escola democrática (CASSIO, *et al.* 2019), inclusiva, laica, de qualidade, socialmente referenciada continua sendo um grande desafio.

Por fim, temos que avaliar duas dimensões com muito rigor na semana pedagógica: o currículo escolar e a gestão escolar. Desse modo, temos o  **Currículo**, segundo Malanche (2016), como aquele que está esvaziado de conteúdos clássicos como ciências, artes e filosofia. Como demonstra Newton Duarte (2016), em sua obra “Os conteúdos Escolares e a Ressureição dos Mortos”, as sínteses de atividades humanas condensadas, em estado de repouso devem ser trazidas a vida pelo trabalho pedagógico.

Sem conhecimentos escolares clássicos das ciências, artes e filosofia, as concepções de mundo e as posições perante a realidade desumanizada são rebaixadas e ficam a mercê das ideologias da classe dominante, da classe burguesa, dos proprietários dos meios de produção e seus vassalos.

O currículo continua negando os conhecimentos de matrizes africanas e indígenas e isto decorre de reformas que priorizam os interesses do capital, dos empresários, com suas ideologias da meritocracia, das “competências e habilidades”, da competitividade. Estão aí a BNCC e a Reforma do Ensino Médio, ideologias da classe dominante, das elites, que defendem a meritocracia, programam a privatização e militarizam a educação.

Temos que nos posicionar contra estas diretrizes, mas temos que fazê-lo apresentando uma proposta superadora, ou melhor, mais avançada, e isto exige trabalho coletivo e muito estudo a respeito do que existe de mais avançado. Não tem prática revolucionária sem teoria revolucionária. Isto implica que temos que nos valer do melhor que a humanidade acumulou em termos de currículo emancipatório, de teorias histórico-críticas, de pedagogia histórico-crítica, que amplie a capacidade teórica dos estudantes e desenvolva plenamente suas potencialidades.

Existem, sim, propostas de teorias psicológicas histórico-culturais e teoria pedagógica histórico-crítica que precisam ser consideradas, contempladas, experimentadas na escola. Como organizar os conteúdos, considerando a periodização do desenvolvimento humano (MARTINS *et al.* 2018), os destinatários, o conhecimento clássico da ciência, arte, filosofia e, com que métodos vamos ensinar o que precisa ser ensinados no tempo escolar para desenvolver ao máximo as possibilidades humanas, desenvolver as funções psíquicas superiores?

Temos que tomar a decisão de cada um em sua área específica apresentar detalhadamente, no dia a dia, o seu planejamento de ensino-aprendizagem dos conteúdos clássicos – ciências, artes, filosofia. Enquanto os filhos da classe trabalhadora nas escolas públicas, destruídas e esvaziadas, não aprendem nada ou só aprendem o que interessa ao capital, como ser “empreendedor de si mesmo”, só aprendem o que as matrizes liberais, de livre mercado, ensinam, os filhos das elites, das classes medias, da classe dominante que detém os meios de produção, estudam e acessam nas escolas privadas, os conhecimentos mais avançados que a humanidade produziu historicamente nas áreas das ciências, artes e filosofia. Nossa resposta é vital e vai ser observada nos planejamentos escolares e, na consideração dos destinatários, dos conteúdos e métodos de ensino que serão priorizados.

Na situação da **gestão e administração escolar**, temos uma situação gravíssima com “as direitas” (FREITAS, 2018) e suas pautas conservadoras avançando. Assim, temos constatado nas gestões interventoras autoritárias, demissões ou afastamentos arbitrários, com assédios e, muitas vezes, com um conjunto de medidas que podem levar as pessoas ao suicídio, se não físico, psicológico, moral, profissional.

Estamos adoecendo em todos os sentidos e esta situação exige de nós uma reflexão profunda e radical (SAVIANI, 2009a), em conjunto com bases científicas, com disposição militante e com muita coragem e determinação para acertar, para superar, para avançar no que diz respeito a gestão da escola porque ela impacta todo o Planejamento Escolar, a normatização, a organização e os princípios curriculares, impacta a vida dos profissionais da educação e, fundamentalmente, impacta o ensino-aprendizagem dos/as estudantes.

## **Conclusões**

No sentido de enfrentar a realidade concreta, com um Plano da Revolução (MARX, ENGELS; LENIN; TROTSKY; 2014) para enfrentar a atualidade (CALDART, 2023) e suas contradições, por dentro da escola pública, estamos propondo que a Universidade e a Escola Pública em processos de influências recíprocas, dialoguem, priorizando a comunicação crítica ativa, propositiva.

Neste sentido propomos que o ponto de partida seja um **diagnóstico rigoroso, radical e de conjunto** (Coletivo de Autores, 1992) da situação da escola, da educação, do currículo, dos destinatários, dos conteúdos escolares e do método; Além disso, propomos que seja desenvolvido um processo rigoroso que relacione todas as medidas necessárias, a partir da **posição da classe trabalhadora e suas reivindicações** para que a escola pública laica, inclusiva, democrática, participativa, de qualidade socialmente referenciada, cumpra sua função social que é possibilitar que os estudantes acessem o acervo cultural acumulado pela humanidade que nos humaniza porque eleva nossas potencialidades humanas.

Teremos que reconhecer o que são reivindicações concretas imediatas, de médio e longo prazo. Nossa escola esta, por exemplo, a exigir, imediatamente, uma reconceptualização, uma reforma verdadeira, que realmente abra a escola para as aprendizagens importante para a formação omnilateral, humanizada, ou seja uma formação que conteste, critique e supere a formação rebaixada, unilateral, para mercado de trabalho análogo ao trabalho escravizado.

Apesar das contradições da realidade concreta capitalista, é possível uma educação baseada nos princípios da plena realização humana. Somente os seres humanos são capazes de superar a unilateralidade na formação imposta pelo capitalismo. Existem possibilidades concretas de avançarmos na concepção de formação omnilateral, que vem sendo negada a maioria da classe trabalhadora. Manacorda (1989, p. 361) defendeu e, temos acordo com esta possibilidade histórica, “Apesar de o homem lhe parecer, por natureza e de fato, unilateral, eduque-o com todo o empenho em qualquer parte do mundo para que se torne omnilateral”. Temos, ainda, que assumir o compromisso de **estudar coletivamente** para nos **instrumentalizar, criticar e contestar** as BNCC, a Reforma do Ensino Médio e a BNC-Formação e propor algo superador. Estudar o que é o melhor para o planejamento do ano letivo que garanta o ensino-aprendizagem de qualidade para os que frequentam a nossa escola, nos três períodos. Sem sólidos fundamentos teórico-metodológicos de base crítica, progressista, revolucionária, a educação vira educação bancária.

Planejar ações concretas, **retornar a nossa prática social**, com propostas para além de nossa escola, com a comunidade do entorno, com outras

instituições como as universidades públicas, os movimentos de luta social, como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), entre outros, é outro elemento que propomos para, coletivamente, enfrentarmos os graves problemas que temos em nossa escola e que refletem os problemas de um sistema falido que precisa ser superado.

Ações que abarquem minuciosamente o dia a dia das salas de aulas, mas que contemplem este esforço coletivo para valorizar a escola pública, laica, inclusiva, democrática, participativa de qualidade socialmente referenciada, que cumpre sua função social que é o pleno desenvolvimento das capacidades humanas dos/as estudantes pelo acesso aos conhecimentos clássicos da ciência, das artes da filosofia, pela ampliação das capacidades de sistematizar, compreender, analisar, sintetizar e agir revolucionariamente. Como nos diz Ângela David (2016), temos que agir cotidianamente na perspectiva da revolução do modo de produção e reprodução da vida.

Segundo Roseli Caldart, as tarefas educativas da escola na atualidade (2023, p.5) dizem respeito a:

Acolher o ser humano; organizar vivências de *trabalho socialmente necessário*; exercitar a *auto-organização* como parte de uma cultura política emancipatória; desenvolver a *cultura corporal* multilateral saudável; realizar atividades que garantem a apropriação das *bases da criação artística* na direção de uma “*cultura comum*”; organizar um modo de estudar que garanta a apropriação das *bases da ciência*; reconstruir a *forma* escolar pelos *conteúdos* das tarefas educativas (CALDART, 2023, p. 05).

Partindo da realidade concreta, problematizando, nos instrumentalizando, criando coletivamente propostas superadoras, seremos capazes de retornar ao nosso trabalho pedagógico em outro patamar mais elevado para compreender, explicar, agir de maneira revolucionária e superar o Estado Burguês (BOGO; 2018), defendendo a escola pública, laica, de qualidade socialmente referenciada nas reivindicações concretas da classe trabalhadora, na sua necessidade de emancipação humana, sendo esta a tarefa necessária da Universidade que se comunica rigorosa, crítica e propositivamente, pelo ensino-pesquisa-extensão, com a Escola Pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática, popular, de qualidade socialmente referenciada.

## Referências

AGUIAR, Marcia Ângela; DOURADO, Luiz Fernando. (Org.) A Bncc na contramão do PNE 2014-2024. Avaliação e perspectivas. Recife, ANPAE, 2018.

BELTRÃO, José Arlen; TAFFAREL, Celi. A ofensiva das reformas empresariais e a resistência de quem defende a educação pública. Retratos da escola. Brasília, v. 11, n. 21, p. 587-601, jun dez 2017.

BOGO; Ademar. Marx e a superação do Estado. São Paulo: Expressão Popular 2018.

BRASIL. INEP/MEC. Senso Escolar . Resumo Técnico In: [resumo tecnico censo escolar 2022.pdf \(inep.gov.br\)](#) , Acesso em 28 de março de 2024, às 13h30.

CALDART, Roseli Salete. Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade. São Paulo, Expressão popular, 2023.

CASSIO, Fernando (Org.) Educação contra a barbárie. Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo. Boitempo, 2019.

CHOMSKY, Noam; PRASHAD; Vjyay Primeira carta semanal de 2021, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, publicada em 07 de Janeiro. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/1-noam-chomsky/>>. Acesso em: 11 de jan. de 2021

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo, Cortez, 1992.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e; Teoria e Método na análise de conjuntura. In: Educação & Sociedade, ano XXI, no 152 72, Agosto/2000. Pp 145-152.

CUNHA, Luiz Antônio. A entronização do ensino religioso na Base Nacional Curricular Comum”, Educação & Sociedade (Campinas), v. 37, n. 134, janeiro/março 2016.

DAVIS: Ângela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO. Luiz Fernando. Plano Nacional de Educação: O Epicentro das Políticas de estado para a Educação Brasileira. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária. ANPAE, 2017.

DUARTE; Newton. Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos. Campinas/SP. Autores Associados, 2016.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Boitempo, 2010,

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Documento Final. Conferência Nacional de Educação. In: [Documento final \ Conae 2024 | CNDE \(campanha.org.br\)](#) Acesso 28 de março 2024 às 13h30.

FONSECA, B.; DIAS, J. (Coord.). Caminhos da desinformação: Evangélicos, *Fake News* e WatsApp no Brasil. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro. GEDES, NUTES, UFRJ. 2021. Recurso Eletrônico.

FREITAS, Luiz Carlos. Constitucionalização da Barbárie: Privatização e meritocracia. In: [Constitucionalização da barbárie, privatização e meritocracia - Vermelho](#) . Avesso em 28 de março 2024, às 11h00.

FREITAS; Luiz Carlos. A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão popular. 2018.

FRIGOTTO, G. (Org.). escola sem partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudencio; QUEIROZ, Felipe; PENNA, Fernando. Educação Democrática: Antídoto ao escola Sem Partido. Rio de Janeiro. UERJ, LPP, 2018.

GALLEGO, E. (Org.) O ódio como Política. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.

LEHER, Roberto. Educação no Governo Bolsonaro. Inventário da devastação. São Paulo, Expressão Popular, 2023.

MALANCHE; Julia. Cultura, Conhecimento e Currículo. Contribuição da pedagogia histórico-crítica. Campinas/SP: Autores Associados, 2016.

MANACORDA, M.A. História da educação: da Antigüidade aos nossos dias. Trad. Gaetano Lo Monaco. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013.

MARTINS, Erika Moreira. Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional. Rio de Janeiro. Lamparina, 2016.

MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Org.). Periodização Histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. O Capital. Livro III. O Processo global da produção capitalista. São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, K; ENGELS, F. LENIN, V. I; TROTSKY, L. O Programa da Revolução. Brasília. Nova Palavra, 2014.

MONTORO, X. A. Capitalismo e economia mundial: bases teóricas e análise empírico para a compreensão dos problemas econômicos do Século XXI. São Paulo. Husitec, Nova Palavra, 2023.

SAVIANI, D. Galvão, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino! Remoto. In: Universidade e Sociedade. Brasília. Andes-sn, 20021.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 18ª ed. Revista. Campinas: Autores Associados, 2009a.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 37ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2009b.

SILVA, Julia Almeida Vasconcelos. A Militarização da Política no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Alameda, 2023.

VIRGENS, João Henrique Araujo; TEIXEIRA. Carmem Fontes. In: Lua Nova, São Paulo, 120: 325-357, 2023.